

# CRISE, POLÍTICA E ECONOMIA NO PENSAMENTO GRAMSCIANO

Alvaro Bianchi\*

Ao longo dos *Cadernos do cárcere*, escritos por Antonio Gramsci entre os anos 1929 e 1935, é possível perceber um claro deslocamento temático. Aos poucos, o tema da crise, ausente do esboço original, ganha contornos mais definidos, juntamente com uma politização acentuada do projeto de pesquisa. A motivar tal inflexão estavam os dilemas da luta contra o fascismo; o giro sectário da Internacional Comunista dado pelo VII Congresso (1928) e consolidado pelo X Plenum do Comitê Executivo (1929); e a crescente estalinização da União Soviética, bem como o impacto desses processos sobre o Partido Comunista da Itália.

É no ano chave de 1930, que esse novo projeto gramsciano assume contornos mais definidos. Na cadeia, o marxista italiano dá início a uma série de discussões com seus companheiros de infortúnio.<sup>1</sup> Refletindo sobre as relações entre estrutura e superestrutura, Gramsci introduzirá o tema da crise, procurando estabelecer as relações existentes entre política e economia.<sup>2</sup> O campo interpretativo afirmado por Gramsci não é, entretanto, aquele que deriva a crise revolucionária da crise econômica. O marxista italiano faz questão de afirmar que “pode-se excluir que, de *per se*, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais; apenas podem criar um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso ulterior da vida estatal”.<sup>3</sup>

A ação das massas, bem como seus movimentos políticos e ideológicos, possui uma temporalidade própria que não necessariamente é a temporalidade da crise econômica. Pelo contrário, na maioria das vezes, os movimentos das massas encontram-se

atrasados em relação aos fenômenos econômicos conjunturais de tal forma que “o impulso automático devido ao fator econômico é afrouxado, travado ou até destruído momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais”.<sup>4</sup> Temos, então, que uma multiplicidade de tempos pode ser contemporânea de tal forma que, interagindo uns com os outros, apresentem como produto final não a resultante de um “paralelogramo de forças”, mas uma singularidade histórica.

Gramsci quer evitar que a crise política seja deduzida diretamente dos aspectos mais imediatos da crise econômica. Crítica, explicitamente, o compêndio de Mathiez sobre a história da Revolução Francesa. Nele, preocupado em realizar essa dedução, Mathiez afirma a existência de uma crise econômica no ano de 1789. O marxista italiano alertará que por volta daquele ano a situação econômica era estável, tornando inverossímil a idéia de que a catástrofe do Estado absolutista tenha sido motivada pelo empobrecimento da população.<sup>5</sup>

Evitar a dedução direta das crises não quer dizer que Gramsci cindisse a unidade existente entre economia e política. Ao contrário do que afirmam alguns comentadores, Gramsci não se afasta nesse ponto de Marx, muito embora exista em seu pensamento uma contínua tentativa de atualização do pensamento marxista. Não é possível tratá-lo como um mero “teórico das superestruturas”.<sup>6</sup> Economia e política encontram-se para Gramsci profundamente vinculadas. Vejamos como.

## CRISE DA ECONOMIA: A QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

A chave para o estudo da crise capitalista é, para Gramsci, a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

\* Professor da Universidade Metodista de São Paulo

Em sua abordagem dessa lei deixa claro que o que lhe interessa são os desenvolvimentos de longo prazo da economia capitalista e não as rápidas oscilações econômicas. Desenvolvimentos estes que são cruzados pela política, pelos choques entre as classes, pelas guerras e revoluções, configurando-os e reconfigurando-os, atualizando-os e reatualizando-os continuamente. Daí que destaque o caráter tendencial dessa lei, como veremos mais adiante.

Começemos, então, retomando Marx, com uma rápida descrição das variáveis envolvidas no processo de trabalho. Mercadoria e dinheiro, formas elementares sob as quais se apresenta o capital, não são capital *em e para si*. Só a partir de determinadas premissas se transformam em capital, assim como só sob determinadas premissas o possuidor de mercadorias e de dinheiro se transforma em um capitalista. A economia clássica incorreu frequentemente no erro de considerar essas formas elementares como capital.

No ponto de partida da formação do capital, ele existe como dinheiro, como soma de valores de troca. Mas este dinheiro deve valorizar-se, o valor de troca deve gerar mais valor de troca. Ou seja, o valor existente deve gerar um valor a mais, uma mais-valia. A soma inicial de dinheiro é capital tão-somente quando é gasta de tal forma que tenha como finalidade seu crescimento. A finalidade do processo é a transformação de  $x$  em  $x + \Delta x$ . Nas palavras de Marx, “a produção de mais-valia — que compreende a conservação do valor adiantado inicialmente — se apresenta, assim, como o fim determinante, o interesse impulsionador e o resultado final do processo de produção capitalista, como aquilo em virtude do que o valor original se transforma em capital”.

Temos que, nesse processo,  $x$  se apresenta como a soma de uma magnitude constante  $c$ , a parte do capital ( $C$ ) que foi transformada em máquinas, edifícios, matérias-primas, ferramentas, etc., cujo valor é conservado no processo produtivo, e uma magnitude variável  $v$ , a parte do capital que o capitalista emprega para

adquirir a força de trabalho e que pode gerar um valor adicional. Podemos, então, deduzir o seguinte:

- 1)  $\Delta(c + v) = c + (v + \Delta v)$ , e como a diferença de  $c = 0$ , temos que  $\Delta(c + v) = (v + \Delta v) \rightarrow \Delta x = \Delta v$ .
- 2) Como  $C = c + v \rightarrow \Delta C = \Delta v$ .
- 3) Taxa de mais-valia, ou taxa de exploração, é a proporção na qual cresceu  $v$  [ $\Delta v/v$ ] e taxa de lucro a proporção na qual cresceu  $C$  [ $\Delta v/(c + v)$ ].

A massa de mais-valia  $\Delta v$  e a taxa de exploração  $\Delta v/v$  podem ser elevadas de duas maneiras: diretamente, estendendo jornada de trabalho, de maneira que o tempo de trabalho excedente aumente de forma direta; e indiretamente, reduzindo o tempo de trabalho necessário  $v$ , de tal modo que o trabalho excedente  $\Delta v$  aumente, para tanto podem ser reduzidos os salários reais ou incrementada a produtividade do trabalho.

Essa taxa de mais-valia expressa a divisão da jornada de trabalho em tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e tempo de trabalho excedente. Ela mede o grau de exploração dos trabalhadores produtivos. Mas para o capitalista o ponto de referência é a taxa de lucro  $\Delta v/(c + v)$ , ou seja, o grau de rentabilidade do capital. O resultado de  $\Delta v$  quando comparado como o investimento inicial é a medida do sucesso do capitalista, é ela que regula a acumulação do capital.<sup>8</sup>

É aqui que têm lugar os conflitos entre a burguesia e o proletariado que se traduzem no processo produtivo em uma luta pelo excedente. Mas também têm lugar os conflitos intraclasses. Afinal, não podemos esquecer, como alertou Marx, que “se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si. Esta oposição de interesses decorre das condições econômicas da sua vida burguesa”.

São essas “condições econômicas de sua vida burguesa” a causa da permanente diminuição dos custos unitários de produção, de modo a ganhar pontos na batalha das vendas e obter ganhos extraordinários. A mecanização é



Antonio Gramsci

o meio principal de elevar a produtividade do trabalho e reduzir os custos unitários, meio esse que surge do controle que o capitalista exerce sobre o processo de trabalho. A crescente utilização de meios de produção e de matérias-primas colocados em movimento no processo produtivo provoca um aumento do volume de capital constante  $c$  em relação ao conjunto do capital. Ou seja, se tomarmos a relação  $c/(c+v)$ , denominada por Marx composição orgânica do capital, veremos que ela tende a aumentar; uma parte cada vez maior do valor do produto final é proveniente dos meios de produção e uma parte cada vez menor do trabalho vivo. Ora, como a taxa de lucro é  $\Delta v/(c+v)$ , temos que um capital constante  $c$  crescente produz uma taxa de lucro decrescente. Essa queda da taxa de lucro devido ao aumento da composição orgânica do capital é o que Marx denominou lei da queda tendencial da taxa de lucro.

É conhecida a demonstração que Marx faz da queda tendencial da taxa de lucro nas primeiras páginas do Capítulo XIII, do Livro III, de *O capital*. Supondo uma taxa de mais-valia fixa de 100%, ele desenha o seguinte quadro para um capital constante  $c$  crescente:

Capital constante	Capital variável	Mais-valia	Taxa de mais-valia	Taxa de lucro
50	100	100	100%	62,66%
100	100	100	100%	65%
200	100	100	100%	33,33%
300	100	100	100%	25%
400	100	100	100%	20%

A conclusão salta aos olhos: “[...] a mesma taxa de mais-valia, sem necessidade de que varie o grau de exploração do trabalho, se traduz em uma taxa decrescente de lucro, já que ao aumentar o volume material aumenta também, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, portanto, o de capital em seu conjunto”.<sup>10</sup> E pouco mais adiante, reafirma: “[...] este incremento gradual do capital constante em proporção ao variável, tem como resultado um decréscimo gradual da taxa geral



Joan Robinson

de lucro, sempre que permanecer invariável a taxa de mais-valia”.<sup>11</sup>

Foi o que bastou. Um número significativo de comentadores, recorrendo ao Volume I de *O capital*, onde é estudado o problema da mais-valia relativa identificou imediatamente uma contradição. Paul Sweezy é, desses comentadores, provavelmente o mais conhecido. Diz, ele, depois de citar o Volume I:

[...] a Parte IV do Volume I (“A produção de mais-valia

relativa”) que compreende mais de 200 páginas é em grande parte dedicada a demonstrar a relação íntima entre a produtividade do trabalho e a taxa de mais-valia.

Pareceria, portanto, que Marx não estava certo, mesmo em termos de seu próprio sistema teórico, ao supor uma taxa de mais-valia constante simultaneamente com uma crescente composição orgânica do capital. Uma elevação na composição orgânica do capital deve significar um aumento na produtividade do trabalho, e temos a própria palavra de Marx de que a produtividade maior é invariavelmente acompanhada de uma taxa maior de mais-valia. No caso geral, portanto, devemos supor que a crescente composição orgânica do capital se processa *pari passu* com uma crescente taxa de mais-valia.<sup>12</sup>

O mesmo argumento é apresentado por Joan Robinson, para quem “[...] a lei da tendência decrescente dos lucros, elaborada por Marx, consiste então, simplesmente, na seguinte tautologia: quando a taxa de exploração é constante, a taxa de lucro cai, à medida que aumenta o capital por pessoa”. E reproduzindo a mesma observação de Sweezy, dispara o argumento definitivo: “[...] essa proposição se destaca em surpreendente contradição com o restante da argumentação de Marx”.<sup>13</sup>

Roman Rosdolsky, alertou, de forma pertinente, que nas páginas seguintes do mesmo capítulo citado por ambos, Marx desenvolve a possibilidade de uma taxa de mais-valia crescente.<sup>14</sup> De fato, o decréscimo da taxa de lucro, na formulação marxiana, não depende da manutenção de uma taxa de mais-valia constante. Vejamos o texto de *O capital*:

Esta [a tendência real da produção capitalista] na medida em que aumenta o decréscimo relativo do capital variável com relação ao constante faz com que a composição orgânica do capital em seu conjunto seja cada vez mais elevada, e a consequência direta disto é que a taxa de mais-valia se expresse em uma taxa geral de lucro descendente, ainda que permaneça invariável e inclusive aumente o grau de exploração do trabalho.<sup>15</sup>

À medida que o argumento é desenvolvido não só é possível uma taxa de mais-valia crescente, como é considerada a hipótese mais provável:

[...] a taxa de lucro não diminui porque o trabalho se torna mais improdutivo e sim porque fica mais produtivo. As duas coisas, o crescimento da taxa de mais-valia e o descenso da taxa de lucro são, simplesmente, formas especiais sob as quais se manifesta sob o capitalismo a crescente produtividade do trabalho.<sup>16</sup>

Sweezy e Robinson, demonstram uma tendência crescente à repetição de argumentos. Quase meio século antes, em 1899, Benedetto Croce havia formulado “objeções” semelhantes à teoria marxiana da queda tendencial da taxa de lucro em seu livro *Materialismo histórico e economia marxista*.<sup>17</sup> Na cadeia, sem poder recorrer aos textos de Marx, obrigado a citar de memória, Antonio Gramsci formula uma resposta extremamente eficaz ao problema.

A resposta gramsciana tem como pressuposto uma apreciação do conjunto da obra de Marx:

No escrito sobre a queda tendencial da taxa de lucro, há que observar um erro fundamental de Croce. Este problema está já colocado no tomo I da *Crítica da economia política*, ali onde se fala da mais-valia relativa e do progresso técnico como causa, precisamente, de mais-valia relativa; no mesmo ponto se observa como neste processo se manifesta uma contradição, pois enquanto por um lado o progresso técnico permite uma dilatação da mais-valia, por outro determina, pela mudança que introduz na composição do capital, a queda tendencial da taxa de lucro e isso está demonstrado no tomo III da *Crítica da economia política*.<sup>18</sup>

O problema é colocado por Gramsci nos mesmos termos que Marx, ou seja, constata a existência de forças que se opõem à queda da taxa de lucro, atenuando ou freando sua velocidade. É a existência dessas forças o que define o

caráter tendencial da lei. Gramsci historiciza o problema. A existência desse tipo de lei é própria do capitalismo e deve ser associada “[...] ao desenvolvimento da burguesia como classe concretamente mundial e, portanto, à formação de um mercado mundial já bastante ‘denso’ de movimentos complexos, para que dele possam ser isoladas e estudadas as leis não em sentido naturalista ou do determinismo especulativo, e sim em sentido ‘historicista’”.<sup>19</sup> Ou seja, é a crescente complexidade do mundo econômico que impede a formulação de leis absolutas e inapeláveis do desenvolvimento capitalista e obriga a formular, juntamente com a tendência principal, aquelas outras forças que agem em sentido contrário.

Apesar de ver claramente as tendências que operam contra a queda da taxa de lucro, Gramsci não incorre no erro muito freqüente de igualar tendência e contratendência, uma anulando a outra. É explícito ao afirmar o contrário, ressaltando que a insistência no adjetivo tendencial, tem sua importância

[...] quando a tendenciosidade se converte em uma característica organicamente relevante, como neste caso, no qual a queda da taxa de lucro é apresentada como o aspecto contraditório de outra lei, a da produção de mais-valia relativa, na qual uma tende a suprimir a outra, com a previsão de que a queda da taxa de lucro será predominante.<sup>20</sup>

E, para não deixar lugar a dúvidas, ressalta os limites impostos à contratendência expressa na produção de mais-valia relativa, limites entre os quais merece destaque a “[...] medida suportável de desemprego em uma determinada sociedade”.<sup>21</sup> O argumento é chave para responder àqueles que afirmam que o aumento da taxa de mais-valia poderia compensar indefinidamente o aumento da



Paul M. Sweezy



Benedetto Croce

composição orgânica do capital. Tal afirmação está fundamentada em um argumento puramente “técnico”. Se tomarmos a taxa de lucro  $\Delta v / (c + v)$  e dividirmos numerador e denominador por  $v$ , teremos  $(\Delta v / v) / (c / v + 1)$ . A taxa de lucro é, assim, inversamente proporcional à composição orgânica do capital e diretamente proporcional à taxa de mais-valia. Se a taxa de mais-valia aumentar na mesma proporção que a composição orgânica, a taxa de lucro não cairá mais.

O aumento na mesma proporção da composição orgânica e da taxa de mais-valia é, entretanto, inviável a longo prazo. Teoricamente a composição orgânica pode aumentar indefinidamente. Não há restrições, a não ser o bom senso do capitalista para tanto. A taxa de mais-valia, entretanto, tem um teto que é dado seja pelo mínimo necessário à reprodução da força de trabalho, seja pela duração da jornada, seja pelo máximo de desemprego. Marx já alertava no Livro I para o fato e é extremamente significativo que Gramsci tenha sugerido uma leitura do problema no conjunto de *O capital*. Diz Marx, antecipando o problema da queda tendencial da taxa de lucros:

O limite absoluto da jornada média de trabalho, que é sempre, naturalmente, inferior a 24 horas, opõe um limite absoluto à possibilidade de compensar a diminuição do capital variável aumentando a taxa ou o número menor de operários explorados aumentando o grau de exploração da força de trabalho. Esta segunda lei, bem palpável, é importante para explicar muitos fenômenos que brotam da tendência, que mais tarde explicaremos, do capital a reduzir ao máximo o número de operários por ele empregados, ou, o que é igual, sua parte variável, invertida em forças de trabalho, em aparente contradição com outra tendência: a de produzir a maior massa possível de mais-valia.<sup>22</sup>

Mandel aborda um problema semelhante. Se na extensão da jornada tratava-se de aumentar o  $\Delta v$ , quando se avança em direção à automatização completa trata-se de ver o comportamento da mais-valia ante um capital variável  $v$  tendendo a zero

[...] quando nos aproximamos da automatização completa,  $\Delta v$  — que não é uma proporção e sim uma massa absoluta — começa a declinar rapidamente juntamente com  $v$ , à medida em que o número de assalariados e o número total

de horas de trabalho diminuem abruptamente. Na realidade, em uma economia plenamente automatizada, a mais-valia desapareceria completamente, na medida em que teriam desaparecido os insumos de trabalho vivo do processo de produção. De modo que seria absurdo considerar formalmente uma “taxa de mais-valia” 0/0, quando a mais-valia não mais existiria.<sup>23</sup>

*Eppur si muove*. E no entanto limitada acima e abaixo, confrontando uma composição orgânica que não sofre restrições de ordem natural, a contratendência opera, atrasando, moldando, reconfigurando uma crise que não depende unicamente de mecanismos automáticos para se realizar.

Tais tendências e contratendências encontram-se no centro da análise que Gramsci faz das crises e, em particular do grande *crack* de 1929. Tendo como referencial teórico a queda tendencial da taxa de lucro, mas procurando evitar uma abordagem mecanicista da crise de 1929, Gramsci enfatiza três pontos: “1) que a crise é um processo complicado; 2) que tem início, pelo menos, com a guerra, embora esta não seja a primeira manifestação; 3) que a crise tem origem interna, no modo de produção e de troca e não em fatos políticos e jurídicos”.<sup>24</sup>

Vale a pena retomar, mesmo brevemente, o conceito de conjuntura que Gramsci utiliza. Duas são as passagens dos *Cadernos* onde este tema é tratado de forma explícita.

#### Primeira passagem:

*Conjuntura*. Origem da expressão: serve para compreender melhor o conceito. Em italiano = flutuação econômica. Ligada aos fenômenos do pós-guerra muito rápidos no tempo. (Em italiano o significado de “ocasião [econômica] favorável” ficou para a palavra “conjuntura”: a conjuntura seria o conjunto de características imediatas e transitórias da situação econômica e para este conceito haveria que entender, então, as características mais fundamentais e permanentes da própria situação. O estudo da conjuntura está, pois, mais estreitamente ligado à política imediata, à “tática” [e à agitação], enquanto que a “situação” está ligada à “estratégia” e à propaganda, etc.).<sup>25</sup>

#### Segunda passagem:

[...] a conjuntura pode ser definida como o conjunto de circunstâncias que



Ernest Mandel

determinam o mercado em uma dada fase, se estas circunstâncias são concebidas como em movimento, isto é, como um conjunto que dá lugar a um processo de sempre novas combinações, processo que é o ciclo econômico. Estuda-se a conjuntura para prever e conseqüentemente também determinar, dentro de certos limites, o ciclo econômico em um sentido favorável aos negócios. Por essa razão a conjuntura foi também definida como a oscilação da situação econômica, ou o conjunto das oscilações.<sup>26</sup>

Vemos que nestas duas passagens a *conjuntura* diz respeito àquelas rápidas flutuações próprias do ciclo econômico. Distingue-se do conceito de *situação*, utilizado por Gramsci para destacar aqueles processos que se desenvolvem no longo prazo. Ora, na análise da crise de 1929 realizada pelo marxista italiano — os três pontos por ele enfatizados — ela aparece como um processo de longo prazo no qual múltiplas tendências e contratendências operam, prevalecendo a tendência ao decréscimo da taxa de lucro, ou seja, a crise é um processo que se desenvolve em uma situação, atualizando-se ao longo de diversas conjunturas.

A crise de 1929 é a intensificação

[...] quantitativa de certos elementos, nem novos nem originais, mas especialmente a intensificação de certos fenômenos enquanto outros que apareciam primeiro e operavam simultaneamente aos primeiros, imunizando-os, tornam-se inoperantes ou desaparecem totalmente. Resumindo, o desenvolvimento do capitalismo se dá através de uma “crise contínua”, se tal é possível dizer, isto é, um movimento rapidíssimo de elementos que se equilibravam e imunizavam. Em um certo ponto nesse movimento, alguns elementos passam a prevalecer, outros desaparecem ou tornam-se estéreis no quadro geral.<sup>27</sup>

A noção do desenvolvimento do capitalismo como o desenrolar de uma “crise contínua” é da máxima importância. Ela permite trabalhar com a idéia de uma resposta capitalista à crise do capitalismo. Mas para além da resposta capitalista ela permite também definir a debilidade do próprio capitalismo e as possibilidades que se abrem para sua superação, ou seja, a resposta operária.

## **CRISE DO ESTADO: HEGEMONIA EM CRISE**

Se bem que não seja possível deduzir a crise política da crise econômica, fica claro que entre elas

há um vínculo profundo. A crise econômica cria um “terreno favorável” para a crise política na medida em que ela compromete as bases materiais para a construção do consenso e da legitimação da ordem burguesa. A absorção das demandas não antagônicas das classes subalternas, necessária para a constituição desse consenso, torna-se, assim, um processo árduo e raramente completado de maneira eficaz.

Ora, a dificuldade para articular o consenso é justamente uma das características da crise do Estado liberal. Gramsci dedica longas páginas a traçar a biografia desse Estado liberal de modo a identificar a origem dessa crise. Em sua forma clássica de constituição, aquela promovida pela Revolução Francesa, o novo Estado nasce da unificação da burguesia sob a bandeira de um partido, o jacobino. E embora possa se afirmar que esse partido levou a burguesia mais longe do que ela própria desejaria, o fato é que através dos jacobinos ela se tornou governo.

Mas os jacobinos fizeram mais do que transformar a burguesia em governo, ou seja, em classe dominante. Fizeram dela uma classe nacional dirigente e hegemônica, aglutinando ao redor dela as forças vivas da França, recriando a própria nação e o Estado, dando-lhes um conteúdo moderno. A realização da hegemonia através da revolução é o que Gramsci chama “jacobinismo de conteúdo”.

O “jacobinismo de conteúdo” é marcado pelo máximo desenvolvimento das energias privadas nacionais, ou seja, pela constituição e fortalecimento da sociedade civil e pela criação de uma ampla rede de instituições através da qual o consenso é permanentemente organizado. Consenso que é de caráter moral e ético, já que voluntário. Daí que os jacobinos insistissem tanto na identidade entre o governo e a sociedade civil, procurando unificar no Estado, de maneira ditatorial, toda a vida política nacional.<sup>28</sup>

A constituição desse moderno Estado teve, então, como pressuposto, o alargamento da base histórica do próprio Estado. Para realizar sua hegemonia sobre toda a população, a burguesia incorporou demandas, realizou as aspirações da nação, assimilou economicamente grupos sociais, transformou sua cultura na cultura de toda a sociedade. O alargamento da base histórica do Estado é, assim, acompanhada pela expansão da própria burguesia.

Para Gramsci o regime jurídico parlamentar é o resultado desse processo de expansão:

O desenvolvimento do jacobinismo (de conteúdo) e da fórmula da revolução permanente, aplicada na fase ativa da Revolução Francesa, encontrou seu “aperfeiçoamento” jurídico constitucional no regime parlamentar, que realiza, no período mais rico de energias “privadas” na sociedade, a hegemonia permanente da classe urbana sobre toda a população, na forma hegeliana de governo do consenso permanentemente organizado (mas a organização do consenso é deixada à iniciativa privada; é, portanto, de caráter moral ou ético, já que o consenso, de um modo ou de outro, é dado “voluntariamente”).<sup>29</sup>

A chave para o estudo da crise capitalista é, para Gramsci, a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Em sua abordagem dessa lei deixa claro que o que lhe interessa são os desenvolvimentos de longo prazo da economia capitalista e não as rápidas oscilações econômicas.

A Revolução Francesa serve para o marxista sardo como contraponto para estudar o presente e principalmente aquele de seu país, a Itália. Quando Gramsci escreve na prisão a crise do Estado liberal já havia se tornado voz corrente. A guerra havia evidenciado esse esgotamento e os tempos de paz que lhe sucederam não estavam dando provas de que ele seria superado.

Os impulsos hegemônicos que sob os jacobinos pareciam inesgotáveis, haviam em grande parte se exaurido. Aquela capacidade que a burguesia havia demonstrado em seus primórdios de absorver toda a sociedade, assimilando-a cultural e economicamente, ou seja, dirigindo-a e exercendo sua hegemonia, tornou-se cada vez mais escassa. A escassa capacidade de assimilação acabou atingindo a própria burguesia, que sacrificou uma parte de si mesma. A direção que uma classe exercia sobre toda a sociedade transformou-se, assim, no domínio de uma fração dessa classe sobre toda a sociedade através da mediação do Estado. Nesse contexto, o Estado perdeu sua função de “educador”, seu conteúdo ético foi esvaziado e ele foi reduzido ao aparelho governativo, colonizando a sociedade civil. O projeto jacobino de identidade entre governo e sociedade civil foi realizado da pior maneira possível.

Gramsci observará atentamente este processo, identificando-o à crise do Estado liberal. Perceberá, em primeiro lugar, a perda da capacidade dirigente da burguesia. Ela, afirma, “é ‘saturada’: não só não se difunde como se desagrega; não só não assimila novos elementos, como desassimila uma parte de si própria (ou ao menos as desassimilações são mais numerosas que as assimilações)”.<sup>30</sup>

Sem poder assimilar a sociedade, sua capacidade de articular o consenso e a legitimidade da ordem é abalada. Abre-se, então, uma situação de contraste entre representados e representantes. Nesses momentos os grupos sociais se afastam de suas organizações tradicionais, ou seja, essas organizações e seus líderes não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe ou fração, comprometendo de forma decisiva a capacidade dirigente desses grupos. Gramsci chama esses processos de “crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto”.<sup>31</sup>

A crise de hegemonia é, assim, uma crise do Estado e das formas de organização política, ideológica e cultural da classe dirigente. O aspecto mais visível é a crise dos partidos e das coalizões governamentais:

Trata-se, na verdade, da dificuldade de construir uma direção política permanente e de longo alcance, não de qualquer dificuldade. A análise não pode deixar de examinar: 1) porque houve a multiplicação dos partidos políticos; 2) porque tornou-se difícil formar uma maioria permanente entre estes partidos parlamentares; 3) do porquê, ainda, os grandes partidos tradicionais têm perdido o poder de guiar, o prestígio, etc.<sup>32</sup>

A divisão dos partidos e as crises internas que os atravessam são, assim, manifestação dessa crise. A dificuldade de compor uma direção estável e os choques permanentes entre as diferentes claques reproduzem nos partidos os mesmos problemas encontrados no governo e no parlamento. Nos choques entre as diferentes frações e partidos, a corrupção encontra terreno fértil para se desenvolver. Cada fração considera a si mesma a única com condições de superar a crise do partido, assim como cada partido considera-se o único capaz de superar a crise da nação. Os fins passam a justificar os meios.

A crise não se limita, entretanto, aos partidos e ao governo. Ela é uma crise do Estado em seu conjunto, ou seja, processa-se, também, no nível da sociedade civil, onde as classes dirigentes tradicionais

passam a manifestar sua crescente incapacidade de dirigir toda a nação. A burocracia, a alta finança, a Igreja e todos aqueles organismos relativamente independentes da opinião pública têm suas posições reforçadas no interior do Estado.<sup>33</sup> A repercussão da crise no conjunto do Estado pode provocar, dessa forma, o “deslocamento da base histórica do Estado” e a supremacia do capital financeiro.<sup>34</sup>

Ora, o que temos então como característica fundamental da crise de hegemonia não é o “vazio de poder”, que a rigor poderia ser ocupado por qualquer um, até mesmo por um aventureiro ou um grupo deles. A crise de hegemonia se caracteriza, antes de mais nada, por uma *multiplicidade de poderes*. É claro que essa situação não pode se prolongar indefinidamente. Sem nenhuma capacidade dirigente, a burguesia ou frações dela podem ser deslocadas do poder, deixando de ser dominantes.

Quais são as razões que levam ao surgimento de uma crise dessas proporções? O que faz com que a capacidade dirigente de uma classe seja abalada de maneira tão profunda. Para Gramsci a crise de hegemonia da classe dirigente ocorre

[...] ou porque a classe dirigente fracassa em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução.<sup>35</sup>

A crise tem, portanto, em sua origem, uma profunda modificação das relações de forças entre as classes. O tema é detalhado na análise gramsciana da crise do Estado liberal após a guerra de 1914-1918, ganhando contornos históricos mais concretos. O aparelho hegemônico dos grupos dominantes desagregou-se:

1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas em um movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem vontade política coletiva precisa; 2) porque as classes médias que na guerra tiveram uma função de comando e responsabilidade foram privadas delas com a paz, ficando desocupadas justamente depois de terem feito uma aprendizagem de comando, etc.; 3) porque as forças antagonistas foram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem real.<sup>36</sup>

A crise é, portanto, definida pelas lutas que opõem as classes umas às outras, lutas nas quais os diferentes projetos alternativos vão se desenhando e aglutinando defensores. É afirmada pela ruptura da passividade de certos grupos sociais e pela sua entrada ativa no cenário político, desequilibrando arranjos de poder que tendiam a excluir esses grupos. O “fenômeno sindical” tem um papel-chave na configuração dessa crise do Estado. Ele marca a passagem de grupos sociais novos que até então não tinham uma “voz ativa” a uma posição de destaque.<sup>37</sup>

O parlamento, local de mediação dos conflitos no Estado liberal mostrou-se incapaz de absorver estes novos atores. A expansão dos partidos social-democratas e comunistas e a massificação dos sindicatos e da imprensa operária ocorria, em grande medida, fora da arena parlamentar. A incorporação dessas forças ao parlamentarismo permitiu, em algumas oportunidades, bloquear provisoriamente essa expansão, como na Alemanha de Weimar. Mas essa incorporação não era feita de maneira tranqüila e, muitas vezes, trazia mais problemas do que resolvia.

A ascensão desses novos atores não definia, para Gramsci, todo o conteúdo da crise. É preciso ter em mente a forma sob a qual essa ascensão ocorre. As classes subalternas ainda não possuíam uma direção capaz de colocar-se à frente de seu movimento e imprimir a ele um conteúdo claramente transformador. A crise não atingia apenas a burguesia e o parlamento. Ela era, também, uma crise de direção das classes subalternas, que não conseguiam impor seu projeto hegemônico, muito embora conseguissem desarticular a hegemonia das classes dominantes. Era, para usar uma terminologia cunhada por Trótski, mas também presente em Gramsci, uma crise de direção que atingia de maneira combinada, mas desigual, tanto a burguesia como o proletariado.

Encontrar a solução orgânica para essa crise não é simples. Ela exige a unificação de um grande número de partidos sob a bandeira de um único partido, “[...] que melhor representa e resume as necessidades de toda a classe”.<sup>38</sup> As tentativas são inúmeras. A crise é um processo de longo prazo no qual se desenvolvem permanentemente experiências visando sua superação. Partidos alinham-se e realinham-se, blocos são formados e dissolvidos. Líderes são criados e depostos. A velocidade desses

processos pode surpreender, o ritmo é rápido e fulminante se comparado com os tempos normais. Mas a crise, é verdade, acelera essa dimensão, recriando a noção de tempo.

A cada tentativa de resolução dessa crise ela cobra um novo desenho. O fracasso dessas tentativas não conduz, entretanto, ao ponto de origem. Ganhos e perdas são contabilizados por cada grupo ou fração. Caso contrário a catástrofe seria iminente. E sabemos muito bem que ela não é.

As possibilidades de articular um projeto alternativo ou de alinhar defensores atrás desses projetos criando tentativas de resolução da crise são, entretanto, assimétricas. As classes dirigentes tradicionais, ao contrário das classes subalternas, contam com grande número de intelectuais, numeroso pessoal especializado capaz de formular esses projetos e organizar seus defensores. Pode mudar de pessoal dirigente, de programa e mesmo de partido de modo a oferecer, rapidamente, uma saída para a crise. Não raro, constroem a unidade que até então parecia impossível que atingissem, perfilando-se sob a direção do partido que melhor encarna as necessidades de toda a classe naquele momento. E as necessidades, nessas ocasiões, não são outras que a superação da própria crise.

Mas mesmo tendo condições mais favoráveis para decidir rapidamente o conflito a seu favor, as classes dirigentes tradicionais nem sempre o conseguem. Isso ocorre quando já amadureceram contradições na estrutura que as classes sociais que atuam para conservar e defender essa estrutura não conseguem resolver, ao mesmo tempo em que as classes que lutam pela sua transformação profunda não conseguem tornar-se dirigentes.<sup>39</sup>

Colocado de tal maneira o problema, temos que a crise de hegemonia não é derivada automaticamente da crise econômica. A crise econômica, tomada em seu sentido amplo como crise de acumulação resultante da queda tendencial da taxa de lucro, pode ser pressuposto da crise de Estado. Mas ela não a põe, por si própria, a crise de hegemonia. Quando a crise econômica e a crise de hegemonia coincidem no tempo temos o que Gramsci chama de *crise orgânica*, uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social.<sup>40</sup> Para a eclosão dessa *crise orgânica* é preciso a coincidência

dos tempos dessa crise de acumulação com o acirramento dos choques entre as classes, e no interior delas próprias entre suas frações.

Na definição da crise, atribuímos, juntamente com Gramsci, um lugar especial às classes subalternas. Procedemos, portanto, em sentido inverso a uma literatura muito difundida atualmente, que apresenta a crise como resultado da contradição entre um padrão de acumulação (do qual a burguesia seria portadora) e a forma estatal. A crise e sua solução não são para nós um processo de desagregação e reconstrução de uma “vontade capitalista”, processo no qual as classes subalternas ocupariam um papel passivo.<sup>41</sup>

Procuramos demonstrar que a crise é o produto dos choques existentes entre as classes sociais e entre essas classes e a forma estatal das classes dominantes. Ela é o resultado “de um tipo de articulação global entre Estado e sociedade e não somente entre Estado e classes dominantes”.<sup>42</sup>

São esses choques, os avanços e retrocessos de cada grupo social, os que irão moldar as possibilidades de superação dessa crise. Pois se Gramsci se detém na análise da crise é porque está preocupado com as formas através das quais tais crises deixam de ser presente e se transformam em passado.

## NOTAS

- <sup>1</sup> As discussões serão narradas por Athos Lisa, “Discusión política com Gramsci en la cárcel”, em Antonio Gramsci, *Escritos políticos (1917-1933)* (México: Siglo XXI, 1981), pp. 376-386. Ver, também, Giuseppe Fiori, *A vida de Antonio Gramsci* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979), pp. 305-318) e Christine Buci-Glucksmann, *Gramsci e o Estado* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980), pp. 303-310.
- <sup>2</sup> Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana (Turim: Giulio Einaudi, 1977), p. 455. Aparecendo no “Caderno 4”, em sua primeira redação sob o título “Rapporti tra struttura e superstrutture”, este fragmento terá sua redação final no “Caderno 13”, dividido em dois tópicos “Analisi delle situazioni – rapporti de forza” e “Alcuni aspetti teorici e pratici dell’economismo”. Uma terceira parte aparecerá em versão definitiva já no “Caderno” 10 com o título “Introduzione allo studio della filosofia”.
- <sup>3</sup> Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., p. 1.587.
- <sup>4</sup> *Ibid.*, p. 1.612.
- <sup>5</sup> Às observações de Gramsci seria possível acrescentar que as revoluções de 1848 eclodiram quando o pior da crise agrícola de 1846 e 1848 havia passado, a produção estava aumentando e os preços caindo.

- <sup>6</sup> Jacques Texier, "Gramsci teórico das superestruturas", em *La Pensée*, nº 139, Paris, 1968, pp. 35-60.
- <sup>7</sup> Karl Marx, *El capital*, Livro I, Capítulo VI (inédito) (México: Siglo XXI, 1978), p. 5.
- <sup>8</sup> Anwar Shaik, *Valor acumulación y crisis. Ensayos de economía política* (Bogotá: Tercer Mundo, 1991), p. 282.
- <sup>9</sup> Karl Marx, *Oeuvres. Economie I* (Paris: Gallimard, 1977), p. 90.
- <sup>10</sup> Karl Marx, *El capital*, Livro I. Parte III (México: Fondo de Cultura Económica, 1986), pp. 213-214.
- <sup>11</sup> *Ibid.*, p. 214.
- <sup>12</sup> Paul Sweezy, *Teoria do desenvolvimento capitalista. Princípios de economia política marxista* (São Paulo: Abril Cultural, 1983), p. 89.
- <sup>13</sup> Joan Robinson, *An Essay on Marxian Economics* (Londres: Mac Millan, 1964), p. 36.
- <sup>14</sup> Roman Rosdolsky, *Gênese y estructura de El capital de Marx. Estudios sobre los Grundrisse* (México: Siglo XXI, 1989).
- <sup>15</sup> Karl Marx, *El capital*, Livro I. Parte III, cit., p. 214.
- <sup>16</sup> *Ibid.*, p. 239.
- <sup>17</sup> Benedetto Croce, *Materialismo histórico y economía marxista* (Buenos Aires: Imán, 1942).
- <sup>18</sup> Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., p. 1.278.
- <sup>19</sup> *Ibid.*, pp. 1.247-1.248.
- <sup>20</sup> *Ibid.*, p. 1.279, grifos meus.
- <sup>21</sup> *Ibidem.*
- <sup>22</sup> Karl Marx, *El capital*, Livro I. Parte I (México: Fondo de Cultura Económica, 1986), p. 244.
- <sup>23</sup> Ernest Mandel, *El capital. Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx* (México: Siglo XXI, 1985), p. 185.
- <sup>24</sup> Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., p. 1.576.
- <sup>25</sup> *Ibid.*, p. 797.
- <sup>26</sup> *Ibid.*, p. 1.774.
- <sup>27</sup> *Ibid.*, pp. 1.756-1.757.
- <sup>28</sup> *Ibid.*, p. 763.
- <sup>29</sup> *Ibid.*, p. 1.636.
- <sup>30</sup> *Ibid.*, p. 973.
- <sup>31</sup> *Ibid.*, p. 1.603.
- <sup>32</sup> *Ibid.*, p. 1.808.
- <sup>33</sup> *Ibid.*, p. 1.603.
- <sup>34</sup> *Ibid.*, p. 876.
- <sup>35</sup> *Ibidem.*
- <sup>36</sup> *Ibid.*, pp. 912-913.
- <sup>37</sup> *Ibid.*, pp. 1.808 e 1.824.
- <sup>38</sup> *Ibid.*, p. 1.604.
- <sup>39</sup> "O aspecto da crise moderna que é lamentado como 'onda de materialismo' está vinculado àquele que se chama 'crise de autoridade'. Se a classe dominante perdeu o consenso, isto é, não é mais 'dirigente' mas unicamente dominante, detentora da pura força coercitiva, isto significa justamente que as grandes massas se separam das ideologias tradicionais, não crêem mais em tudo o que acreditavam antes, etc. A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno se verificam os fenômenos mórbidos mais variados." (Antonio Gramsci, *op. cit.*, p. 311.)
- <sup>40</sup> Nicos Poulantzas, "Les transformations actuelles de l'État, la crise politique et la crise de l'État", em *La crise de l'État* (Paris: PUF, 1976), p. 10.
- <sup>41</sup> Juan Carlos Portantiero. *Los usos de Gramsci* (México: Folios, 1987), p. 148.
- <sup>42</sup> *Ibidem.*